



*Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade -*

Associada ao programa de mestrado Profletras-UPE-Garanhuns -

aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS

ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499

Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

---

**DAS MUITAS GRAFIAS DA NEGRA EXCLUSÃO: UMA LEITURA DO ESPAÇO URBANO PERIFÉRICO BRASILEIRO E OS EMBATES SUBALTERNIZAÇÃO X RESISTÊNCIA, A PARTIR DA OBRA *QUARTO DE DESPEJO*, DE CAROLINA MARIA DE JESUS.**

Tiago Nascimento Silva<sup>1</sup>

(SEDUC-CE)

Auricélio Ferreira de Souza<sup>2</sup>

(PPGLI/UEPB)

**RESUMO:** A proposta desta breve reflexão é trazer ao debate uma problemática já bastante presente nos estudos crítico-teóricos da cena contemporânea: as relações entre o espaço urbano periférico brasileiro e as novas experiências de escrita literária que dele emergem. O interesse aqui recai sobre obras que, por vias diversas, se aproximam da “literatura marginal”, ou seja, aquela que, resultando de relações socioeconômicas marcadamente desiguais, se torna capaz de projetar no tanger da escrita, marcas de exclusão, embates e resistência de um grupo de sujeitos historicamente postos à margem de qualquer voz de comando no jogo social vigente no eixo dos grandes centros urbanos. Aqui, neste curto espaço, foca-se como exemplo de tais circunstâncias a obra *Quarto de despejo* por meio de um exercício de leitura que é, na verdade, resultante das primeiras atividades do Ciclo de Estudos Literários, empreendido pelo Núcleo de Estudos em Cultura e Artes (NECA - IFCE- Campus Tauá).

**Palavras-chave:** literatura marginal - subalternização – urbano periférico – Carolina M<sup>a</sup> de Jesus

É sabido que a Literatura, constituindo-se em um amplo e complexo campo da expressão artística, não se sustenta necessariamente no estabelecimento de uma reprodução fidedigna e unilateral da realidade. Portanto, não é uma via para justificação. O resultado da produção artística engloba em sua natureza a percepção sensível do sujeito (esfera individual) e as particularidades éticas/estéticas do tempo e das conjunturas sócio ambientais (esfera coletiva), revelando a multiplicidade arquitetônica e semântica contida no processo de criação. Com isso, no entanto, não se está a negar que o ato da arte, reserva à obra a possibilidade de diálogo com o mundo real e objetivo, sendo, pois, um dos instrumentos mais eficazes para se constatar, confrontar, negar e/ou reafirmar distintas nuances da condição humana em seu permanente estado de construção.

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA – Crato - CE), Especialista em Literatura Brasileira pela mesma instituição. Professor da Educação Básica na rede Estadual de Ensino (SEDUC-CE)

<sup>2</sup> Doutorando em Literatura e Interculturalidade pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI – UEPB). Professor do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE – Campus Tauá). Coordenador do Núcleo de Estudos em Cultura e Artes (NECA, no referido campus).

É partindo deste princípio que a literatura é vista neste trabalho como “ponte” entre o verossímil e o sensível, entre o poder dizer e o ato de silenciar, comprimir, pressionar, tornar inerte aquele a quem se julga desautorizado na cena de poder ou mando no jogo social contemporâneo. A obra, pois, catapultando a palavra às alturas ou às profundezas possibilita-nos observar aspectos os quais transcendem a estrutura linguística enquanto escolha de uma superfície (este ou aquele vocábulo), e nos coloca frente a todo um rizoma de interligamentos quanto à própria constituição daquele sujeito que fala ou daquele outro que luta por este direito à fala.

A esse respeito, Delgado (2015, p. 16), valendo-se de Costa Lima (1981), defende que:

[...] a “via específica” da ficção pavimenta-se como “*exploração simbólica das instituições sociais e de suas repercussões no universo simbólico dos indivíduos*”. Desse modo, descortina-se “*o que não seria apreensível pela análise direta destas instituições, que a respeito limita-se a apresentar estatísticas e testemunhos ilustrativos.*”

Dessa forma, a obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, serve de *corpus* a fim de apontar na cena do agora, discussões relevantes no que tange a diferentes instâncias da subalternidade, encontradas principalmente nos âmbitos da cor negra, da condição favelada e dos vários entraves advindos da maneira como a sociedade enxerga (ou exclui) tal perspectiva de negritude. Acreditamos que nesta obra, tais adversidades podem ser percebidas, por exemplo, no modo como a autora projeta a própria visão de constituição/degenerescência do espaço urbano periférico reificado na doxa ou senso vigente, assim como das inúmeras formas de resistências percebidas e experienciadas por essa mesma autora/narradora-de-si num contexto tido como marginal.

Sobre a relação pobreza, exclusão e produção de subjetividade, Bosi (2002, p. 261) nos traz uma pertinente reflexão:

É possível identificar, na dinâmica dos valores vividos em contexto de pobreza, certas motivações que levem à atividade social da leitura e da escrita. Trata-se de descobrir o leitor escritor potencial. **O que me move é pensar o excluído agente virtual da escrita**, quer literária, quer não literária. (grifo nosso)

Faz-se necessário asseverar que o presente texto não tem por intento limitar as possibilidades de contemplação da obra em estudo ao viés para o qual se debruça. Pelo contrário, a leitura aqui desenvolvida gira em torno de elucidar, dentre os demais fatores suscetíveis, a característica polissêmica da obra literária. Apontar mais uma direção sobre a qual se pode olhar o texto em questão sempre levando em conta o fato de que esse tipo de escrita (a dos ditos *subalternos*) só a bem pouco tempo vem sendo posta nas lides acadêmicas, e, a cada nova leitura, numa crescente, evidenciando o fazer literário como uma prática dentro da vida, logo, reivindicadora da prática de leitura enquanto ato emancipador. Portanto, encerrar supostamente uma análise, seria tanto incoerente como impossível, por conta até mesmo da sintética configuração do presente texto.

Os percursos para ler/traduzir *Quarto de despejo* na perspectiva acima aludida podem ser tecidos por meio de um crescente conjunto de aportes teóricos os quais se relacionam basicamente: à estética da **desconstrução**, proposta por Jacques **Derrida**, isto é, apresentar embates no que diz respeito à própria subversão do modelo logocêntrico tanto de configuração, como de proposta estética do conteúdo de “uma verdade”, por extensão, de uma obra; à **semiótica** de Charles Sanders **Peirce**, por tratar a linguagem muito além da questão meramente sígnica, propondo, sobre a possibilidade de construção de sentido uma ação triádica: o signo (linguagem), seu objeto (escrita e fala) e sua interpretação (as várias

teorizações sobre linguagem); a esfera do *intercultural* impulsionado pelas abordagens *pós-coloniais*, termo de definição de difícil, controverso ou mesmo conflitivo no eixo dos debates acadêmicos, mas extremamente potente nos embates de contestação do cânone e seu lugar na cena global contemporânea. Tal abordagem, “fiscada” a partir do pensamento de figuras como Homi **Bhabha** e Gayatri Chakravorty **Spivak** podem fornecer uma ótica no mínimo provocadora quando lhe direcionamos para a abordagem do subalterno no contexto do espaço urbano-periférico brasileiro. É oportuno frisar que essa fundamentação, conforme já aludido, possibilita um prospecto viável dentro do texto em tela, exigindo-se, contudo, um tanto de acuidade na (re)leitura do texto, momento em que a experiência conturbada do que é narrado narrado (enquanto forma e conteúdo) precisa ser repercutida, problematizada, e, mesmo, experienciada no também conturbado espaço do “cá fora”, onde o sujeito inscrito (a autora/narradora-de-si) e o sujeito leitor (atualizador das vozes da margem) vivem e se inscrevem.

Porém, mediante a brevidade circunstancial, apontaremos aqui apenas alguns dos indicativos possíveis ao exercício de leitura a que nos referimos acima.

#### ***O quarto de despejo como síntese do lugar subalterno no espaço urbano-periférico brasileiro***

O texto de Carolina Maria de Jesus está estruturado em forma de diário, gênero textual que, apesar do caráter pessoal presente em sua natureza, não corresponde, a rigor, a um tipo de produção deliberadamente composta sob a perspectiva estética, artística, portanto, literária. Muito embora haja certa validade nessa afirmação, é de se ver, no entanto, que a literatura não se restringe a um suporte ou a um formato específico de escrita. Há implícito no frenético movimento da cena presente a desconstrução/descolonização/semiotização dos suportes. Dessa maneira, considerando a tênue linha a qual determina que um texto seja literário ou não, os escritos da autora mineira apresentam marcas passíveis de aproximá-los a uma produção cujo lirismo garantem sim, inegável poeticidade aos relatos, ali apontando uma identidade resistente que por meio de uma verve extremamente ágil, força os limites da falta e da precariedade espaço-material para enunciar sua subjetividade.

Nesse movimento, contido pelas duras linhas de uma geografia periférica e marcadamente desigual, o cânone literário é posto em xeque não apenas pelo fator arquitetônico, no caso, o formato dado à criação, mas também pelo teor conteudístico, associado a um contexto marginal de forma sensível.

O registro singular feito pela escritora não se traduz apenas como uma representação grafocêntrica e documental da favela. Marcas do oral “contaminam” o registro no diário, uma vez que palavra, revolta e pensamento se amalgamam na tessitura dessa experiência. Há análise crítica concernente a inúmeros fatores da vida social, problemáticas associadas à condição de vida relegada pelas autoridades, os impasses constantes e intensos decorrentes do contexto adverso que, muito embora não sejam determinados restrita e unicamente pela circunstâncias, muitas vezes eclodem na realidade de quem se vê em condições de subalternização, tais como fome, preconceito racial, estereotipia das mais diversas formas e tantos outros entraves. Far-se-á aqui uma demonstração de aspectos direcionados a uma crítica da espacialidade fragmentada em sua sintonia, leia-se desconstrução, da ordem erigida pelo ideal de sociedade organizada. Ademais, e principalmente, a respeito da relação de resistência frente ao panorama excludente da sociedade que se mostra preconceituosa frente às minorias, sobretudo, a negritude e à pobreza.

Com relação ao que pesa nesse embate de forças e, na direção de crítica aos processos históricos de silenciamento do sujeito tornado subalterno (sobre tudo o negro), Bhabha (1998, p. 218), a partir de uma leitura da abordagem de Frantz Fanon (*“Black Skin, White Masks”* 1986) assim se posiciona:

O negro não é. Nem tampouco o branco. A incômoda divisão que quebra sua linha de pensamento mantém viva a dramática e enigmática sensação de mudança. Aquele alinhamento familiar de sujeitos coloniais - Negro/Branco, Eu/Outro - é perturbado por meio de uma breve pausa e as bases tradicionais da identidade racial são dispersadas, sempre que se descobre serem elas fundadas nos mitos narcisistas da negritude ou da supremacia cultural branca.

A fim de tornar mais visível o fato de Carolina Maria ter somado às suas memórias diárias uma reflexão ampla e poética da condição humana, trechos do livro serão aqui expostos não no sentido de enquadrar a temática proposta, e sim para estimular a observação dos pontos tomados como coerentes, convergentes e problematizadores da questão urbano periférica aqui sugerida.

Datando suas narrativas, cada episódio, por assim dizer, explicita as agruras da catadora de papel, mãe solteira e situada a contragosto na favela, local repudiado pela própria escrevente. As limitações escolares não a impediram de pensar ora liricamente, expondo sonhos, desejos de quem se vê descolada no mundo, ora tecendo uma espécie de anatomia imediata da subalternização não só escrita como também vivenciada. Para se verificar isso, não é necessário correr muitas páginas do diário. Logo nos primeiros momentos do texto, condições sociais são evidenciadas. Isso contribui na visualização do cenário de marginalidade no qual se encontram os grupos historicamente desprivilegiados pela coletividade já no cerne do senso comum.

Diz o texto: *“Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender”* (p.12). O fragmento grifado deixa clara a constatação da qualidade de vida da relatora. Em outras palavras, tomar posse dos materiais descartados com o propósito de convertê-los em fonte de renda equivale a um comportamento explicitamente excluído por parte dos campos de valores regulares de trabalho, haja vista a precariedade da maneira como a atividade é desenvolvida e a finalidade para a qual se destina. O catar as sobras e, sobretudo, só encontrar sobras como suporte para a constante tentativa de subsistência de vida material, é constantemente enunciado nos registros do diário como uma espécie de analogia da própria condição a que o sujeito está ali assujeitado. O contexto mercadológico que descarta uma mulher negra, pobre e mãe solteira acaba por gerar, direta ou indiretamente, uma realidade na qual a mais aviltante tarefa é tida como única e primordial para alimentar a si e à sua prole.

O espaço subalternizado da favela apresenta uma série de conturbações de ordem social. Uma gama de fatores contribui para a desestabilização e, às inúmeras complicações constatadas, tendo em vista que não são unicamente voltados à infraestrutura, saneamento básico ou quaisquer outros aspectos físicos do ambiente periférico. Somando-se a isto, nota-se também o desencadeamento de contextos de interação conflituosa, pois, as agruras sofridas pelos moradores se refletem em desajustes comportamentais. Partindo desse ponto de vista, muitas vezes – e aqui se destaca o fato da não generalização – a favela é vista como inimiga da própria favela: os subalternos também se subalternizam, se conflituam e, até mesmo, se excluem e se agredem mesmo em face de sua igual condição.

Isso quer dizer, a revolta frente a um sistema desumano e desigual proliferador do sofrimento coletivo e os diversos anseios não atendidos transbordam em um relacionamento interpessoal em grande parte das vezes, hostil. Veja-se, por exemplo, o trecho: *“Recomendei-lhe [às crianças] para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que*

*eu tenho não dão socego aos meus filhos*” (p.12 grifo nosso); ou mesmo esta outra passagem:

[D. Rosa] saiu com um pau para espancá-lo [José Carlos]. Uma mulher de 48 anos brigar com criança! As vezes saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas. **Ela odeia-me** (p.15-16).

Os excertos supracitados evidenciam, pois, o clima de instabilidade e dão relevo as adversidades verificadas no espaço conflituoso da periferia. A atmosfera projetada pela narrativa, portanto é a de uma pressão constante, claustro para esse ser que a todo relato, parece verter junto com a sentença escrita no diário, a tentativa de um grito, tão prenunciado quanto adiado por parte da autora/narradora-de-si. Esse cenário esfacelador da condição humana constrói um panorama quase que insuportável para os que lá padecem. Tal sentimento é melancolicamente expresso por Carolina Maria de Jesus – e se pode crer que não seria uma opinião comungada apenas por ela – na metáfora do inferno, “*Tenho a impressão que estou no inferno*” (p. 26). Essa representação faz perceber a linguagem transbordando como forma de disseminar o profundo descontentamento diante de um mundo tão ignóbil. Daí que o constante lamento ganha a cada passo a reverberação de voz, verve, oralidade.

A favela é vista como um *locus* de opressão. Aliás, a realidade configurada pela instabilidade e péssimas condições de vida configuram inegavelmente um espaço indesejável. Os problemas perpassam questões políticas – descrédito e descaso quanto à participação e discurso feito pelas autoridades; de segurança – principalmente no que diz respeito à criminalidade e violência; saneamento básico, condições de habitação e um sem número de aspectos. Tudo isso se reflete na metáfora “do inferno”, do cortiço, “*favela é o pior cortiço que existe*” (p. 25). É oportuno perceber o uso das palavras como diferenciador ou delimitador da experiência de impossibilidades, carências e exclusão: *favela* não é morada, é *cortiço*, ou seja, sub-habitação; *barraco* não é casa ou lar, é antes esconderijo, reduto de sujeira, cansaço, impaciência e tensão. Esse espaço urbano periférico estigmatizado se converte no inevitável sentimento de inconformidade, expresso em *Quarto de despejo* em inúmeras passagens. A título de exemplificação, lê-se a seguinte:

**O meu sonho era andar bem limpinha**, usar roupas de alto preço, **residir numa casa** confortável, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. **Já habituei-me andar suja**. Já faz oito anos que cato papel. **O desgosto que tenho é residir em favela** (p. 22 – grifos nosso).

A profunda marginalização advinda das paupérrimas e problemáticas circunstâncias da favela dão a este ambiente um *status* de paisagem constantemente degradada da condição humana, ou seja, o lugar para onde os grandes centros urbanos tangenciam os desvalidos os quais, passam a sobreviver em distintos níveis ou modulações de subalternidade. Assim sendo, a sensação de desconforto não é rara nos indivíduos que ali habitam, mas que, se fosse pelo próprio desejo, não mais estariam lá.

Âmbito ainda dos mais relevantes presenciados na grafia de Carolina Maria de Jesus concerne à questão racial. De pele negra – característica historicamente repudiada numa sociedade cujos valores ressignificados como positivos são eurocêntricos – a escritora registra como a negritude é tratada num jogo social que gira em torno da estereotipação.

A gravidade do problema abordado não se dá apenas quanto à ideia de que o negro é excluído, mas também no sentido de que muitas vezes esse tipo de segregação acontece de maneira que o preconceito, a aversão à negritude acontece por parte, inclusive da própria população que vivencia tal cor/cultura. O tanger da narrativa deixa entrever que várias práticas preconceituosas surgem daí. Observe-se inicialmente este fragmento:

Saí a noite e fui catar papel. Quando passava perto do campo do São Paulo, varias pessoas saiam do campo. **Todas brancas, só um preto.** *E o preto começou insultar-me:*

– Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco, minha tia (p. 14-15 – grifos nosso).

Carolina Maria, autora/narradora-de-si, vive *o de dentro* e *o de fora* da situação de subalternização e exclusão operado veloz e incisivamente nos limites do espaço urbano periférico brasileiro. É escritora e personagem. ‘Relatante’ e objeto relatado. Ela dá grafias em seu diário a uma experiência cotidiana, na qual a depreciação, estereotipação e, conseqüente inferiorização do sujeito negro é “moeda recorrente” no trato para com esse. Equivale a dizer que, tomando-se o fragmento acima (dentre tantos outros possíveis de recorte no texto!) tem-se a condição de negro como uma marca de exclusão já dentro de um espaço de exclusão, como espécie de efeito de caixa que contém outra caixa.

A favela, pois, é refratário de sobras diferentes demais entre si, logo irregrupáveis, zona dos “não-convidados” dos que são fragmento de um todo irrecuperável mesmo para atividade de reuso, restos como os dispersos no lixo.

Embora o não-lugar do negro não seja o único aspecto abordado em *Quarto de despejo*, é possível afirmar que tal aspecto se potencializa ao curso de vários momentos do relato. Em se tratando ainda da questão da cor negra, o diário suscita uma série de embates e situações pelas quais essa parcela excluída da sociedade passa. E, na tessitura desses relatos o discurso manifesto pela autora aponta também na direção de questionar como a própria condição negra se analisa nessa contemporaneidade ainda segregadora e violenta. A questão da cor é vista particularmente pelos olhos da subalternidade. Em certo momento do diário, tem-se: “– *Antigamente os pretos que criava os brancos. Hoje são os brancos que criam os pretos* (p. 24).” O comentário citado identifica a percepção quanto à certa transição das relações entre branco e negro operada na primeira metade do século XX.

No entanto, isso não significa – e o próprio contexto deixa claro – a pacificação das relações de mando e obediência. Ao contrário, a tônica como a autora reincide ao assunto *branco x preto* só demonstra a consciência de que esse embate dá-se agora numa esfera mais política, dentro da qual a violência em certa medida deixa a condição factual e passa à simbólica, tão mais silenciosa, quanto eficiente no sentido de tolher e/ou calar.

A pirâmide social continua a desequilibrar os indivíduos. Antes os “pretos” criavam os brancos a partir de um controle imposto por estes. Aos primeiros cabia a subserviência e o trabalho perpétuo em prol da manutenção dos senhores donos de escravos, principalmente no âmbito. Atividades como cuidar de casa, dos filhos (a preta ama-de-leite), dos animais, ou seja, as atividades mais corriqueiras do lar a fim de que os brancos, privilegiados, não necessitassem realizar as tarefas tão ordinárias. Hoje, porém, o que ocorre é uma espécie de manifestação de solidariedade conveniente dos brancos para com os negros. Assim sendo, perdura certo caráter paternalista, o pai que cuida dos filhos, no caso, esse “público” desprivilegiado, que é a raça negra. Isso acontece por conta de subterfúgios, configurados ora como subsídios integrados a determinadas políticas ditas assistencialista desenvolvidas pelos brancos na direção de agir sobre a construção de uma identidade negra controlável, logo tolerante e pacífica. Aqui, portanto, “criação” não é análogo a cuidado, mas a intervir para controlar. Forjar uma identidade permitida e tutoriada de negro. Sobre alienação como forma de controle, tem-se em Bhabha (1998, p. 218-22):

As formas de alienação e agressão psíquica e social – a loucura, o ódio de si mesmo – nunca podem ser reconhecidas como condições definidas e construtivas da autoridade civil, ou como os efeitos ambivalentes.

[...]

**O que é frequentemente chamado de alma negra e um artefato do homem branco.**

[...]

A imagem é apenas e sempre um acessório da autoridade e da identidade; ela não deve nunca ser lida mimeticamente com a aparência de uma realidade.

Todos os pontos discutidos até aqui são singulares no que diz respeito ao livro de Carolina Maria de Jesus. Esse panorama geral de adversidades é material para a escritora contemplar em seus escritos. Na contramão do que se espera de uma pessoa situada em tais condições, a prática da escrita se faz, para ela, muito além da documentação do cotidiano. Além disso, dar grafias à tão áspera vivência cotidiana representa a continua construção de uma identidade de resistência. Um marcar s, um assinalamento de sua existência (factual e simbólica) naquele tempo/espaço favela. É uma forma de transcendência a partir do contexto local. Ainda existindo resistência e sem tanto estímulo para dar vazão às atividades literárias, ela escreve, tanto para se refugiar quanto para se projetar contra a força da margem que a comprime. Escrever é muito mais “tatear” do que saber o caminho, é buscar achar meio de passar, de protestar contra as incontáveis formas de opressão.

Intercalando as atividades diárias de catar papel e cuidar dos filhos, Carolina Maria faz leituras e anota em seu diário, de maneira lírica, os acontecimentos marcantes de sua vida e sua forma única de ver o mundo. Por meio desse esforço (inclusive físico) a linguagem parece ter mais validade para ela do que para aqueles que a rodeiam. O contato constante com textos, ainda que na condição de resíduo, lixo ou resto, permite perceber que, na autora, a subjetividade e o reconhecimento do sofrimento como elemento que esfaca a condição de sujeito, geram a manifestação e utilização da linguagem como subsídio de resistência e afirmação da própria voz. Leia-se o excerto: “*O que aborrece-me é elas vir na minha porta para perturbar a minha escassa tranquilidade interior (...) mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo* (p. 16)”.

O livro se faz, pois, num fluxo de lirismo, prosa poética advinda do cotidiano, e de uma atitude constante, uma inconformidade que se reflete em grito. A escrita serve para, dentre outros aspectos, analisar o real, recriá-lo, pô-lo numa instância antes de tudo, participante, denunciatória: “*Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos* (p. 20)”.

Nota-se pelo fragmento supracitado a intenção que transpõe apenas a anotação diária. A condição de escolaridade, a estigmatização pela cor, a pobreza, nenhum fator limitou o desenvolvimento da sensibilidade e da criticidade da mulher. Ao contrário, tais determinantes contribuíram no amadurecimento da visão de mundo e na afirmação de um gesto ético/político frente a este. Escrever passou a ter força de autorreconhecimento e instrumento de reflexão. A atividade intelectual possibilitava a autora considerável compreensão dos fatos da favela, da vida política nacional e até mesmo da autoconstrução da perspectiva estética, haja vista o assinalamento de uma obra que até hoje serve enquanto síntese do urbano periférico e seu complexo mosaico de vivências.

*“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.”*

**(Carolina Maria de Jesus)**

## REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade. p.70-104.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DELGADO, Gabriel Estides. *Subcidadania e modernização desigual em Becos da memória, de Conceição Evaristo*. Rev. Anu. Lit. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil. 2015.p. 15-31.

FANON, F. *Black Skin, White Masks*. London: Pluto, 1986. p. 231. (Introdução de H. K. Bhabha)

JESUS DE, Carolina Maria. *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *Vozes Marginais na Literatura*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.